



(RE)PENSANDO A CONSCIENTIZAÇÃO: EXPERIÊNCIAS E CONFLITOS NOS DIÁLOGOS SOCIOAMBIENTAIS

Rodrigo Launikas Cupelli - Itaipu Binacional - Foz do Iguaçu/PR
cupelli@gmail.com

Resumo

Este artigo busca intensificar o conceito de conscientização, pensado como diálogos de consciências. A consciência, de acordo com argumentações da psicologia linguística, é tida como um texto (narrativa) das experiências de vida e, dessa forma, passível de leitura e re-interpretações. Assim, foca-se os espaços de debates socioambientais como possibilidade de re-escrever individual e coletivamente as consciências, com a intenção política de criar outras realidades para além das que estão postas. O objetivo é descentrar os sujeitos e potencializar as relações para construção da alteridade. O texto é direcionado para educadores ambientais que se apoiam na metodologia dos círculos de diálogo.

Palavras-chave: conscientização; círculos de diálogo; conflito; alteridade.

Abstract

The present work searches to intensify the concept of awareness, thoughts how consciences' dialogues. Conscience, according with linguistics' psychology argumentations, is considered a text (narrative) about life experiences and so it can be reading and (re)interpreted. Thus, the focus are spaces of socio-environmental's debates how possibility of (re)writing the consciences' individual and collective with political intention of creating other realities to far beyond which those are. The purpose is decentralized the subjects and to potentiate the relations to construction of alterity. This article is directed to environmental educators who support in dialogues' circles methodology.

Key words: awareness; dialogues' circles; conflict, alterity.

Introdução

*Eu não sou eu, nem sou outro
Sou qualquer coisa de intermédio*
(Mário de Sá Carneiro)

É comum às dinâmicas formativas em Educação Ambiental (EA) os diálogos feitos em roda, com temáticas intrincadas e de “soluções” difíceis. Por serem temas amplos, que envolvem a natureza, a cultura, a sociedade e o indivíduo, essas conversas mexem com valores e sentimentos, são conflitivas por “natureza”. Sem pretensão de esgotar o assunto, parto de algumas problemáticas – por vezes centradas nos indivíduos – para focar as relações estabelecidas entre os sujeitos que, necessariamente, são

relações constitutivas e que envolvem resistências. Essa premissa relacional tem como correlato a linguagem e a semântica, ou seja, envolve os sentidos das narrativas que fazemos de nós e dos outros.

Esse deslocamento eu-outro-eu seria um movimento a ser fortificado nos diálogos em roda, priorizando a individuação em prol do individualismo ou atomização do sujeito. A individuação seria o processo reflexivo de interiorização da alteridade (ou a “descoberta” do outro em mim), o qual poderíamos denominar de *conscientização* (ou diálogo de consciências), se por isso entendermos uma dinâmica narrativa de manutenção semântica da consciência individual e coletiva. Assim, a idéia é priorizar os *relatos de experiência* como forma de tocar nas interfaces e limites do eu, expandindo-o para o outro e intensificando as relações estabelecidas.

Desenvolvimento

A complexidade da crise socioambiental que atravessamos, denominada por Santos (2005, 2006) de *transição paradigmática*, nos coloca em um delicado equilíbrio entre pensamentos e práticas, reflexões e ações. Segundo o referido autor, determinadas promessas do *paradigma da modernidade*, não foram cumpridas ou foram cumpridas em excesso:

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, à catástrofe ecológica, à ameaça nuclear, à destruição da camada de ozônio, e a emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da conseqüente conversão do corpo humano em mercadoria última. A promessa de paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu a espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul (SANTOS, 2005, p. 56).

Essa visão geral e global da crise socioambiental, junta-se as problemáticas locais, mais visíveis e cotidianas, como o problema dos resíduos sólidos, a violência, o individualismo, como alguns exemplos. Daí que convivemos com paradoxos que suscitam dilemas, controversas às vezes difíceis de vislumbrar soluções mesmo a longo prazo. Diz-se, freqüentemente, de um “sistema” que nos sobrepõe, como um conjunto de estruturas e ações que nos envolve de tal forma que nos transcende e comanda. Não é raro ouvir afirmações do tipo “a culpa é do sistema”.

Nos círculos de diálogos e discussões, dinâmica estimulada por facilitadores e educadores ambientais em espaços formativos, por conta da ampla dimensão e complexidade desses fenômenos, tende-se a focar o “papel” do indivíduo, ressaltando-se a necessidade de “mudanças de comportamento”. Essa atomização do sujeito surte a um efeito tóxico, enfraquecendo as *relações* que, potencializadas, poderiam resultar em um processo de *conscientização* individual e coletiva.

O termo conscientização encontra-se banalizado. Utilizado frequentemente sem um embasamento teórico que o sustente está se tornando quase inaudível, automático,

sem o efeito discursivo requerido para mobilizar uma ação. Como sabemos, a teoria não está fora da prática, mas ocorre em imbricamento com esta, movimento sem o qual tanto uma quanto outra se tornam frágeis. O conceito de *práxis*, também muito freqüente nos discursos de EA, remete a essa idéia. Giroux (1986) comenta que a teoria tem sua própria prática, é também ação, já que visa construir significados para a realidade. Desse modo, procuro arriscar uma breve teorização da conscientização, central no argumento desse texto.

Para tanto, recorro à vertente da psicologia que considera a *identidade* como uma construção narrativa do Self. Segundo essa vertente, *construímos* e damos *sentidos* a nossas experiências através da e pela linguagem, e fazemos isso de modo narrativo, de acordo com determinado *gênero* discursivo. E esse processo envolve sempre dada *interpretação* dos fatos. Bruner e Weisser (1997) nos fornecem elementos para crer que nos *inventamos* através dos relatos que fazemos de nós mesmos, e que essa invenção é feita de acordo com nossa intenção (nem sempre consciente) na produção de relatos (orais ou escritos):

O ato da elaboração da autobiografia, longe ser a “vida” como está armazenada nas trevas da memória, *constrói* o relato de uma vida. A autobiografia, em poucas palavras, transforma a vida em texto, por mais implícito ou explícito que seja. É só pela textualização que podemos “conhecer” a vida de alguém. O processo da textualização é complexo, uma interminável interpretação e reinterpretação (BRUNER E WEISSER, 1997 p. 149, grifo meu).

Assim, quando nos narramos, imprimimos a essa narrativa um tom, ou um gênero discursivo que a tornará inteligível a nos mesmos, a uma comunidade, a sociedade de modo geral. Para tornar inteligível dada narrativa somos forçados a proceder a uma interpretação daquilo que somos (ou estamos sendo). Brockmeier e Harré (2003, p. 531) compartilham dessa argumentação:

[...] narrativas são formas inerentes em nosso modo de alcançar conhecimentos que estruturam a experiência do mundo e de nós mesmos. Em outras palavras, a ordem discursiva através da qual nós tecemos nosso universo de experiências emerge apenas como modus operandi do próprio processo narrativo. Ou seja, estamos lidando primariamente não com um modo de representação, mas com um modo específico de construção e constituição da realidade [...].

Maldonato (2004, p. 136) coloca a questão desse modo:

A imagem da qual nos reconhecemos não é uma descoberta, mas uma construção nossa. Desde a mais tenra idade, passo após passo, construíamos uma rede ligações entre o que acreditamos ser e o conjunto dos sinais que constitui a representação de nossa pessoa. Trata-se, na maioria das vezes, de uma mitologia pessoal, que se nos impõe como uma evidência, da mesma forma que outras mitologias da história passada e presente. Na base dessa representação há um fluxo de dados, de sinais, de informações, de eventos que fluem paralelos, sem uma harmonia interna e que traçam esboços, figuras da mente que descrevem (em vez de definir) nossa personalidade.

Sendo assim, podemos considerar a *consciência de si* como uma leitura (que envolve interpretação) que fazemos de nós próprios. Nesse sentido, ter consciência é ter a capacidade de se ler e se interpretar, conferindo para si uma coerência semântica da existência. Essa coerência, no entanto, é plástica e adaptável, serve para nos situar e nos preservar no espaço-tempo, sendo constantemente passível de reordenação. Ainda segundo Bruner e Weisser (1997, p. 158):

A mente é formada, numa incrível proporção, pelo ato da invenção do ser, pois por meio dos prolongados e repetitivos atos da auto-invenção definimos o mundo, o alcance de nossa atuação nele e a natureza da epistemologia que governa o modo como o ser conhecerá o mundo e, na verdade, a si mesmo. A auto-invenção, devido a sua própria natureza, cria disjunções entre um ser que conta no momento do discurso e os seres esquematizadores na memória.

Logo, a consciência é uma elaboração e interpretação das *experiências* vividas pelo sujeito, experiências estas mediadas e significadas na e pela linguagem. Nesse sentido, todos somos conscientes no que tange as nossas experiências de vida (salvo os “distúrbios” classificados pela psiquiatria). Assim, todos somos conscientes de uma forma ou outra e, o que está em jogo é, portanto, reconhecer e legitimar as diferentes consciências em convivência. Aí entra a conscientização, como um processo de *diálogos de consciências*, um processo de leituras e interpretações das experiências dos sujeitos, onde o foco não está em um ou em outro, mas nas relações estabelecidas entre todos.

Se tivermos por base a conscientização como relações de experiências, saímos da individualização e viabilizamos a individuação, caminho pelo qual podemos significar as experiências dos outros como relevantes a nós próprios. Só é possível reconhecer o outro em mim e legitimar a consciência alheia se houver inteligibilidade entre as consciências, ou seja, se as experiências forem compartilhadas.

Nesse viés (ontológico e metodológico) é importante suspender julgamentos apressados, culpabilizações imediatas ou atribuir punições. Ao priorizarmos a interpretação conjunta, no diálogo de consciências, o objetivo é potencializar o coletivo. Mas, isso também não se dá sem diretividade. A amplitude e complexidade da crise socioambiental permite vagarmos indefinidamente em lamentações e culpabilizações do outro, do “sistema”. Pontuar os temas a serem debatidos, de acordo com o contexto dos interlocutores, é tarefa essencial do educador ambiental nos processos de conscientização. Falar sobre qualquer coisa é arriscado, pois leva a se falar sobre coisa alguma, ou ir tão além das realidades das consciências dialogantes que se perde a semântica do contexto, gerando conversas (não diálogos) frustrantes e inconclusivas.

Esse aspecto da conscientização é de extrema importância, já que pode levar a uma passividade do coletivo, que se sente impotente diante da problemática discutida. Algo do gênero “não há nada, então, a ser feito”. Como o conceito desenvolvido aqui, a consciência não pode ser “dada”, ela é construída como um texto em um processo dialógico e interpretativo das experiências (realidade para o sujeito). Se tal assunto não faz sentido ou está distante das minhas experiências ele não tem a capacidade de me fazer sentir, nem a capacidade de despertar minha indignação e inconformismo, tidos como forças mobilizadoras e não como lamentação auto-vitimizadora.

Podemos verificar isso na miscelânea que é a programação de televisão, com suas sobreposições de sensacionalismos, catástrofes e venda de produtos. O mundo todo passa em nossa frente, mas pouca coisa nos toca de verdade. O mais agravante é que os paradoxos são terrivelmente atenuados no intercalar constante de imagens entre uma catástrofe sociambiental, uma cena de violência, e a venda de produtos que financiam as redes televisivas. Sem diretividade, tudo de torna passível de um consumo efêmero, e a desgraça do outro o meu prazer. Sem falar no estímulo da passividade, já que tudo está dado e interpretado. O máximo de efeito conseguido é uma “indignação de sofá”, que se dá sem muitos esforços, feita dentro de casa mesmo, com meia dúzia de palavras “revoltadas”. Ademais, segue-se o intervalo comercial e a rotina massacrante do consumo individualista.

Para não recairmos no exemplo, temos de ter na *conscientização* uma metodologia que sustente o objetivo de interpretar experiências (realidades) para construirmos outras, e este objetivo nos leva a crer que temos de tocar no “calo” da questão. Afinal, porque queremos ou devemos mudar a realidade? Essa é a pergunta-premissa que o educador ambiental deve ter em mente nos diálogos em roda. Será que as pessoas querem mudar a realidade delas? E o que as levaria a tal mudança? Essa mudança é individual ou coletiva, ou ambas as coisas? Perguntas fortes e que, geralmente, tem repostas fracas. Segundo Santos (2006), a discrepância entre perguntas fortes e respostas fracas é uma das características de períodos de transição e crise como o que atravessamos. Mas, é a partir dessas perguntas, que temos de fazer a nós próprios, que desenharemos o nosso desejo e pertencimento político (não necessariamente partidário) aos problemas socioambientais. E é também por essas perguntas que vislumbramos o outro, já que toda autonomia implica dependência (MORIN, 2001). Aí começamos o movimento de individuação, tido como movimento de alteridade, de reconhecimento, de conflito e interiorização do outro. Aí talvez começamos a entender a proposta de Maldonato (2005, p. 487):

Eu chego a mim desde o Outro, sem poder parar em mim, na incessante tentativa de unir esta dispersão e dela explorar, a cada vez, a infinita abertura: como um trabalho incessante do luto e da hospitalidade do outro em mim e fora de mim, que nunca termina, e que nunca termina de nos definir. Amiúde, nesse encontro emergem aparentes formas de não participação, uma oposição, um vazio de respostas que tornam a questionar radicalmente nossas próprias ficções, nossas próprias máscaras de identidade.

Ficções? Máscaras de identidade? E por que não, já que nos inventamos a medida que nos narramos? E qual a implicação do outro na narrativa que faço de mim? Outras perguntas fortes, mas necessárias. Logo, pensar em metodologias de conscientização, é pensar também em perguntas que desestabilizem as consciências em diálogo. Sem experimentar conflitos nos tornamos passivos e inertes. Além do que, através do conflito, o que está em foco são as *relações de força* estabelecidas entre os sujeitos, relações capazes de deflagrar realidades paradoxais, visões de mundo diferentes, mas também complementares. Por relações de força, entendo o movimento entre os discursos e as práticas que circulam nos contextos e que nos interpelam, nos marcam e nos atribuem funções, nos inscrevem em nossas “identidades”. Logo, o educador ambiental é um mediador de relações de força (nos diálogos de consciência) e

lê esse contexto visando proceder interpretações para além do sentido posto, para reestabelecer a ordem.

Aqui, vale trazer uma idéia comentada por Santos (2006) que seria a *ação-com-clinamen*. *Clinamen*, na origem do termo, seria um desvio, uma inclinação dos átomos, que não estão inertes, mas exibem um movimento espontâneo. Trazendo a lógica do clinamen para a sociologia, o autor propõe:

Ao contrário do que acontece na ação revolucionária, a criatividade da *acção-com-clinamen* não assenta em uma ruptura dramática, antes em um ligeiro desvio, cujos efeitos cumulativos tornam possíveis as combinações complexas e criativas entre seres vivos e grupos sociais (SANTOS, 2006, p. 90).

Talvez ai esteja a destreza e sensibilidade do educador ambiental na mediação de diálogos de consciências. Não temos a necessidade de causar rupturas do tipo “tudo ou nada”, ou apelarmos para “o fim dos tempos” como clivagem entre o passado incorreto e o futuro incerto e perigoso. O que nos compete talvez seja acalantar o delicado trabalho de desvios no presente, claro que levando em consideração o que existiu (e também o que não pode existir) no passado. A contrapartida dos desvios é justamente não estabilizar a ordem vigente como a única possível, mas ampliar possibilidades alternativas de sociedades e suas relações com a natureza.

Porém, trabalhar com desvios é um risco. Há que saber do que e como desviar. A perspicácia está em, constantemente, atrelar os temas em debate a nossa vida cotidiana, aos sentimentos e não só a razão. Além do que, devemos estar atentos a cadeia ou rede a que estamos interconectados, o que Morin (2001) denomina de princípio dialógico. Esse princípio “une dois princípios que deveriam excluir-se reciprocamente, mas são indissociáveis em uma mesma realidade” (MORIN, 2001, p. 96). As experiências são estabelecidas em um sistema que comporta ordem/desordem/organização e sem a linearidade causa efeito, mas de acordo com o princípio retroativo, onde a causa age sobre o efeito e o efeito age sobre a causa (idem, p. 94).

De acordo com esses enunciados, nossas ações mesmo que (ilusoriamente) pré-estabelecidas, não seguem uma lógica determinada, o que Morin (2001, p.61) denomina ecologia da ação:

A ecologia da ação tem, como primeiro princípio, o fato de que toda ação, uma vez iniciada, entra num jogo de interações e retroações no meio em que é efetuada, que podem desviá-la de seus fins e até levar a um resultado contrário ao esperado [...] O segundo princípio [...] diz que as conseqüências últimas da ação são imprevisíveis.

Ao darmos um passo, proferirmos uma palavra, realizarmos um gesto, escrevermos um texto, estamos alterando, a todo momento, a configuração da realidade que, por isso mesmo, passa a ser outra realidade igualmente susceptível a novas alterações. Esse *continuum* de imprevisibilidades – muitas vezes mascarado pela rotina e automatização da vida – causa o movimento necessário à nossa constituição. Desde nossa concepção até a hora (incerta) de nossa morte somos resultados – e resultantes – das interações e retroações desse jogo de mediações.

Com isso, quero salientar que não somos onipotentes e o resultado das nossas relações tende a uma imprevisibilidade. Logo, os diálogos de consciências, são sistemas

abertos, retroalimentados por inúmeras experiências e por semânticas diversas. Ter isso em mente, fortifica a aposta no compartilhar de sentidos, tendo já aí o “resultado” de um processo formativo. Porém, esse fato não deve servir de desculpa para se “fazer qualquer coisa”. Como podemos observar na constituição histórica da Educação Ambiental no Brasil, há nela uma propositividade política, se por isso entendermos a medição de conflitos com o intuito de não estabilizar a sociedade.

Metodologicamente, concebo que as práticas de Educação Ambiental devam partir de *problematizações* feitas *com* os sujeitos que pertencem a dada realidade. Uma alternativa possível é tomar o conhecimento como forma de (re)conhecimento do outro. Esse conhecimento-reconhecimento é o que Santos (2005, p.30) designa por solidariedade: “Nessa forma de conhecimento conhecer é reconhecer é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito”.

Assim, percebo-me enquanto um educador ambiental, na medida em que, nos diálogos com as pessoas, buscamos alternativas de superar as dominações – aqui entendidas em sentido amplo. Dominação das subjetividades expressas nas colonizações performáticas de uma sociedade do espetáculo, que induz ao consumismo não só de mercadorias, mas também de sonhos e de gente. Dominação de uma racionalidade instrumental da razão, que produz *verdades* científicas para legitimar a ordem sobre o caos. Dominação dos discursos que produzem indivíduos dóceis, os quais perdem a capacidade de indignação perante a barbárie. (Auto) dominação que nos transforma em opressores de nós mesmos.

Essas alternativas de superação das dominações são variadas e se dão em contextos muito específicos, já que dependem das subjetividades em convivência, das problematizações propostas, das representações sociais fundadas e fundantes em cada ambiente. Acredito, no entanto, que não haja somente as dominações. Se assim fosse, por exemplo, não estaria escrevendo este texto. A frase é antiga e já utilizada inúmeras vezes – somos condicionados, mas não determinados.

Novaes (2002, p.11) defende que:

No mundo moderno, liberdade não vive sem democracia, nem democracia sobrevive sem liberdade. Se uma e outra têm o seu contraponto comum – a servidão –, a afirmação da liberdade e da democracia só se dá através da ação. O ato contra a sujeição.

Os homens são livres apenas durante o tempo em que dura a ação, nem antes nem depois, ser livre e agir são uma só e mesma coisa, ensina Espinosa. Ou, dizendo de outra maneira com Montaigne, “todo movimento nos descobre”. O homem é livre quando entra de posse de sua potência de pensar e agir.

As perguntas fortes trazidas nesse texto devem permanecer como alicerce do educador ambiental em suas mediações nos diálogos de consciências. Sua disposição para causar desvios depende delas e de tantas outras que variam conforme os contextos. Isso porque, sem contestar ou problematizar os *com-textos*, perdemos a capacidade de (re)criarmos novas histórias. Talvez, como exercício (trans)formador, ficaria a pergunta—fortaleza: *qual* mundo melhor queremos construir?

Considerações Finais

Para finalizar esse texto, levanto outras questões em relação a conscientização que não podem deixar de ser postas. Como argumento acima, a consciência é a significação semântica que damos as nossas experiências de vida e, nesse sentido, somos todos conscientes daquilo que nos passa. Porém, essa consciência é uma interpretação da “realidade” e não se dá livre de quaisquer condicionamentos. Ou seja, interpretamos a realidade com determinadas “lentes” que nos são fornecidas pelo nosso “meio” formativo. Assim sendo, temos que colocar a problemática em termos claros: há consciências conformadas, ou passíveis de conformação, e há também consciências inconformadas, ou passíveis de inconformação. Porém, isso não é de modo algum uma regra. Seria apenas denominações para tornar as coisas mais dialogáveis e inteligíveis.

Essa “divisão” explícita, justamente, a assimetria de consciências existentes e o trabalho político da conscientização, ou seja, os diálogos entre elas. Daí que podemos falar de diálogo de interesses, pautados ou na manutenção da “realidade” ou na proposição de alternativas para mudar essa “realidade”. Nada mais pertinente, nesse sentido, do que se fazer opções. É preciso assumir certa “radicalidade”, sem o qual os diálogos de consciência se tornaram efêmeros, banais. Radicalidade que vem de uma raiz a ser encarada: a impossibilidade de se viver com plena dignidade no capitalismo. Essa é a determinação básica e que tem inúmeras consequências, em consciências individuais e coletivas.

Isso não é novidade. Aliás, o leitor pode estar se perguntando: mas quando o autor irá falar da conscientização em Paulo Freire? Agora. Falo agora, justamente para mostrar que, apesar de banalizada, a conscientização norteou a pedagogia de Freire e em um sentido indiscutivelmente pertinente aos interesses dos educadores ambientais:

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho a tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmitificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante (FREIRE, 1979, p. 16).

Muitos criticam Freire pelo fato de considerarem que não se “desvela” a realidade, mas que ela é produzida. Eu diria que a realidade é interpretada. Acredito ser uma co-produção entre olhares e determinações históricas, premissa sem a qual caímos na celebração da realidade absurda que vivemos no capitalismo. Se eu olho uma criança na rua, sem moradia, escola, sem comida, eu não estou produzindo *diretamente* a realidade dela, mas estamos compartilhando uma difícil realidade. A conscientização leva, justamente, a capacidade de perceber e interpretar os paradoxos e as contradições estruturais da realidade que estão em interação. Nosso sistema se “sustenta” na desigualdade de oportunidades e isso é extremamente cruel.

Logo, ao dizer “desvelar” acredito que Freire quer alertar para a capacidade de uma interpretação crítica e inconformista da realidade. Se a realidade me conforta não há porque produzir outra realidade. Aí está a complexa tarefa que devemos ter em mente. Desvelar a realidade é um trabalho de interpretação política de nossa existência compartilhada no mundo. E se, por uma questão de oportunidades, temos ferramentas conceituais e metodológicas para proceder essa interpretação, torna-se também um compromisso ético, desde que assumido.

Por isso, Freire também diz que a conscientização implica em um afastamento e desmitologização da realidade. Afastamo-nos porque assumimos que a realidade que interpretamos não nos cabe mais, desde que estejamos inconformados com ela. Há que se produzir outra realidade, processo diário e coletivo na junção de forças (discursos e práticas) afins, também um trabalho de conscientização. E mais, precisamos desmitologizar o capitalismo e seus valores de consumo, competição e individualismo como única e última alternativa da história.

Vale lembrar que isso não está lá. O outro não pode ser conscientizado. Assim como ninguém educa ninguém, ninguém conscientiza ninguém. Por isso, eu posso (re)interpretar minha consciência somente através do diálogo entre as consciências, percebendo e assumindo meu inconformismo perante a realidade interpretada. Hoje em dia, o “inimigo” não é externo, ele nos envolve em uma área de imobilização, nos “tanto faz”, nos “faz de conta”, nos “é isso mesmo”, nos “sempre foi e sempre será”, nas perigosas essencializações de valores e comportamentos que são construídos social e historicamente.

Por fim, a conscientização expressa por Freire, nos fala de humanizarmo-nos com ela. Mas, alguns se perguntam: já não somos humanos? Outros ainda dizem que nunca fomos humanos. Eu volto em uma questão forte e que provavelmente teria uma resposta fraca: as condições e oportunidades para nos humanizarmos (de inúmeras formas) são iguais para todos? Ou seja, há condições de igualdade na produção da diferença?

De acordo com Santos (2005, p. 267):

[...] o que é mais característico das nossas sociedades é o facto de a desigualdade material estar profundamente entrelaçada com a desigualdade não material, sobretudo com a educação desigual, a desigualdade das capacidades representacionais/comunicativas e expressivas e ainda a desigualdade de oportunidades e de capacidades para organizar interesses e para participar autonomamente em processos de tomada de decisões significativas.

Ao celebrarmos a diversidade cultural temos que tomar cuidado para não perder de vista o horizonte político e ético dessa questão. Um exemplo seria a exaltação da “cultura das favelas” ou “cultura da pobreza”, já que estaríamos legitimando a ordem produtora de extrema desigualdade material e social. Não que nas favelas não exista cultura, nem que os movimentos culturais das “margens” não devam ser considerados legítimos, mas celebrá-los com um fim em si mesmos pode causar certa imobilidade, como se ser “pobre” fosse natural, ou seja, acaba-se por essencializar e manter a estrutura desigual (materialmente falando) da sociedade. O mesmo acontece com a “cultura dos ricos”, exaltada pelo consumo e pelas “maravilhas” e prazeres que o dinheiro pode comprar, se vista apenas por um foco. Não podemos esquecer que nosso Planeta não tem condições de sustentar o padrão de consumo vendido pelo mercado. Por

isso, a “alta cultura” é um cultura elitista e, muitas vezes, difundida como a única cultura da felicidade. Acredito que temos de pensar a cultura de modo dinâmico e relacioná-la aos seus condicionantes histórico-estruturais, sem os quais perdemos de vista as relações de autonomia e dependência. Movimentos culturais podem servir para inconformar e transformar, mas também para manter e conformar.

Inúmeras decorrências podem ter os processos de conscientização e, sem uma linearidade prevista, suscitarem desvios, alterarem o percurso do rio. O importante é partilhar as experiências de vida, interpretá-las e questioná-las. Perguntas de si para si, de si ao outro, do outro ao outro. Perguntas não focadas no sujeito, mas nas relações que os sujeitos têm entre si, e nas relação que temos conosco mesmo – *utopias concretizáveis*.

Referências Bibliográficas

Brockmeier, Jens; Harrè, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. In: *Psicologia: reflexão e crítica*. v. 16, n.3, p. 525-535, 2003.

Bruner, Jerome; Weisser, Susan. A invenção do ser: a autobiografia e suas formas. In: Olson, David R.; Torrance, Nancy (Orgs.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1997. p. 141-161.

Freire, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

Giroux, Henry. *Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1986.

Maldonato, Mauro. *Raízes errantes*. São Paulo: Editora 34, 2004.

Madonato, Mauro. Arquipélago identidade: o declínio do sujeito autocêntrico e o nascimento do eu múltiplo In: *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, v. III, 3, pp. 480-496, 2005.

Morin, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Novaes, Adauto. O risco da ilusão. In: _____ (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Santos, Boaventura de Souza. Da ciência moderna ao novo senso comum. In: _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol.1. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 1-117.

Santos, Boaventura de Souza. A queda do Angelus Novus: o fim da equação moderna entre raízes e opções. In: _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 4. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 49-92.